

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE LEGITIMAÇÃO EM LYOTARD

Raquel Célia Silva de Vasconcelos¹

Resumo: o objetivo deste ensaio é analisar, no livro *A Condição Pós-moderna*, lançado em 1979, como Jean-François Lyotard expõe de maneira descritiva, os *pressupostos objetivos* que falam de uma transformação radical na maneira como o saber é produzido, distribuído e legitimado nos campos mais avançados do capitalismo contemporâneo. A crise da metafísica na sociedade pós-moderna é observada na tese do fim das *metanarrativas de legitimação* do saber e da política, o que significa a perda de atração pelas ideias ostensivas da modernidade clássica. A diferença do enfoque da ciência pelas sociedades moderna e pós-moderna (ou sociedades avançadas) interfere na legitimação da ciência é diferenciada nessas sociedades. Lyotard aponta que a transformação cultural afetou as regras dos jogos nos campos da ciência, da literatura e das artes desde o final do século XIX, transformação causada a partir da crise dos *relatos*. Lyotard aponta um conflito entre a ciência e os relatos do ponto de vista dos próprios critérios de legitimação das regras de jogo dos relatos e da ciência. Não existe estabilidade nas combinações de linguagem e as propriedades dessas combinações formadas pelo próprio homem, necessariamente, não se comunicam. Surge uma lógica do melhor desempenho inconsistente, busca-se ao mesmo tempo, um menor trabalho que reduza os custos de produção e um maior trabalho para reduzir a carga social da população inativa. Lyotard demonstra um estranho desencantamento em relação à positividade cega da *deslegitimação*. A ciência ou outro tipo de conhecimento tem a função de organizar, estocar e distribuir informações, transformando-a em um conjunto de mensagens traduzidas numa linguagem informatizada, que só se torna saber científico se for traduzido pelo computador.

Palavra-chaves: Legitimação; deslegitimação; saber científico.

Introdução

Lyotard fez seu estudo a partir da transformação industrial ocorrida no início dos anos 50 que levou os estatutos da ciência e da universidade a uma modificação bastante singular. Modificação essa que se origina na *crise da ciência* (e da *verdade*) ocorridas nas últimas décadas do século XIX. Na realidade, a modificação se deu na própria natureza tanto da ciência quanto da universidade, estas vinculavam-se agora ao um saber que se transformava diante do progresso tecnológico. Esta como aplicação da ciência tornou ineficaz o discurso *filosófico-metafísico* moderno que tinha no seu bojo a problemática do conhecimento que secundarizava as questões ontológicas diante das questões gnoseológicas. Consequentemente, transformou a Filosofia em um *metadiscurso* de legitimação da própria ciência, invalidando o discurso metafísico da ciência moderna que ocasiona também a crise dos conceitos (*razão, sujeito, totalidade, verdade e progresso*). Essa crise leva a uma busca incessante de novas formas de

¹ Graduação e Mestrado em Filosofia e Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Estadual do Ceará. Doutora em Educação Brasileira pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará e integra os Grupos de Pesquisas: “Walter Benjamin e a Filosofia Contemporânea” e “Estudos Foucaulteanos” (GEF).

legitimação da produção técnico-científica dentro da sociedade pós-industrial. O pós-moderno, dentro do ponto de vista cultural das sociedades de tecnologias avançadas, vê com desconfiança o “metadiscurso filosófico-metafísico de pretensões atemporais e universalizantes.”²

Assim, a discussão aqui proposta perpassa três momentos, o primeiro permeia a análise da diferença do enfoque da ciência pelas sociedades moderna e pós-moderna (ou sociedades avançadas) encontra-se na legitimação apontando para uma transformação cultural que afetou as regras dos jogos nos campo da ciência, da literatura e das artes desde o final do século XIX após a crise dos relatos. Isso aponta a exteriorização do saber. O segundo analisa o conflito entre a ciência e os relatos do ponto de vista dos próprios critérios de legitimação das regras de jogo dos relatos e da ciência. E o terceiro aponta que o *metadiscurso* permitia um consenso de um enunciado veraz entre remetente e destinatário, pois a regra está contida numa perspectiva de uma unidade possibilitada pelo uso da razão, com a qual o sujeito busca o saber para um fim ético-político e pela paz universal.

Interferências da máquina no saber científico

Nas sociedades ditas mais avançadas existe uma preocupação em utilizar a Filosofia para legitimar seu próprio estatuto, uma vez que há uma busca constante de legitimação do *metadiscurso* a partir dos relatos Iluministas. Acredita-se em um consenso de um enunciado veraz entre remetente e destinatário utilizando o discurso metafísico-filosófico. Assim, a regra está contida numa perspectiva de uma unidade possibilitada pelo uso da razão, com a qual o sujeito busca o saber para um fim ético-político e pela paz universal. A legitimação do saber se daria a partir do discurso metafísico-filosófico que seria utilizado no intuito de validar as instituições que regem o vínculo social. Isto aponta a necessidade, no tocante a justiça e a verdade, de relacioná-las ao *metarrelato* no mesmo grau de credibilidade.

Portanto, a “pós-moderna é a incredulidade em relação aos metarrelatos”³ resultante do progresso das ciências suposto pela mesma. Não usar a *metanarrativa de legitimação* pressupõe uma “crise da Filosofia Metafísica e da instituição universitária

²

LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*, 1998, p. viii.

³

Idem, p. xvi.

que dela dependia”⁴. Com isso, verifica-se a dispersão da Filosofia nos elementos de linguagem narrativos, denotativos, prescritivos, descritivos e muitos outros, nos quais existe uma veiculação de validades pragmáticas. Na verdade, não existe estabilidade nas combinações de linguagem, pois as propriedades dessas combinações formadas pelo próprio homem, necessariamente, não se comunicam.

Com isso, surge a lógica do melhor desempenho inconsistente, sobretudo no aspecto da contradição no campo social e econômico, pois busca-se ao mesmo tempo um menor trabalho que reduza os custos de produção e um maior trabalho para reduzir a carga social da população inativa. Mesmo apelando para Marx, não existe credibilidade para encontrar uma saída no resultado final das contradições.

Lyotard observa na condição pós-moderna um estranho desencanto em relação à positividade cega da *deslegitimação*. A tecnologia é fornecedora do critério operacional, este não tem pertinência para se julgar como verdadeiro e justo. O saber pós-moderno, além de ser um instrumento de poder, também aguça o sujeito para uma realidade múltipla e reforça a capacidade humana de suportar o que não pode ser medido. Para o autor, o saber pós-moderno “não encontra sua razão de ser na homologia, dos *'experts'*, mas na paralogia dos inventores.”⁵

O mundo pós-moderno cibernético e informativo, no intuito de conhecer o mecanismo de produção buscando estabelecer a compatibilidade entre a linguagem e o computador, expande crescentemente seus estudos e suas pesquisas sobre a linguagem. Nesse contexto, ha também um aperfeiçoamento de estudos das inteligências artificiais a partir do conhecimento da estrutura e do funcionamento do cérebro humano bem como do mecanismo da vida. O grande interesse das sociedades avançadas é o de se informatizar com o auxílio da ciência, da tecnologia e da política de incentivo.

No entanto, a ciência para o pensamento moderno, preso às Luzes, existia e sua renovação constante se baseava no princípio da *Bildung*, cujo critério era a formação do indivíduo como um todo, deixa de prevalecer. A ciência como “uma atividade nobre, desinteressada, sem finalidade preestabelecida, sendo que sua função primordial era romper com o mundo das “trevas”, mundo do senso comum e das crenças tradicionais, contribuindo assim para o desenvolvimento moral e espiritual da nação.”⁶

⁴ *Idem*, p. vxi.

⁵ *Idem*, p. xvii.

⁶ *Idem*, p. ix.

Isso demonstra que no mundo pós-moderno o grande produto comercial é a informação, pois a ciência ou outro tipo de conhecimento é nada mais do que organizar, estocar e distribuir informações. Logo, não se pode pensar uma ciência fundamentada num espírito presente ou numa divindade presente. Aqui, a ciência é vista como um conjunto de mensagens que podem ser traduzidas numa linguagem informatizada. Como vemos, o novo momento aponta uma saturação das funções necessárias do bom desempenho dinâmico da universidade e da pesquisa, enquanto instituições produtoras de conhecimento desde a invalidação do foco metafísico da ciência moderna. E isso nos leva a pensar, de acordo com o olhar cético de Lyotard, que qualquer saber reprovado pela tradução do computador não é considerado um saber científico.

Nesse contexto, a pesquisa científica passa a ser condicionada pelas possibilidades técnicas da máquina informática, e o que escapa ou transcende tais possibilidades tende a não ser operacional, já que não pode ser traduzido em *bits*. Assim sendo, a atividade científica deixa de ser aquela **praxis** que, segundo a avaliação humanístico-liberal, especulativa, investia na formação do espírito, do sujeito razoável, da pessoa humana e até mesmo da humanidade.⁷

Para finalizar o contraponto entre as sociedades moderna e pós-moderna, aquela buscou mostrar que a revolução industrial foi responsável pela riqueza moderna e, esta proporcionou a tecnologia e a ciência. Mas, o contexto pós-moderno nos mostra que a riqueza advém do saber técnico-científico, pois os países pós-industriais, acumuladores de bancos de dados de todos os saberes, competirão entre si, tanto na política quanto na economia, não mais por tonelada anual de matéria-prima ou manufaturados produtivos. A competição será pela quantidade de informação do campo tecnológico-científico que suas instituições (as universidades e os centros de pesquisas) forem capazes de produzir, estocar e fazer circular como produto comercial.

Portanto, para Lyotard o código cibernético massifica, neutraliza a singularidade e a existência. O autor defende a “diferença” a partir de dois importantes questionamentos: “uma legitimação do vínculo social, uma sociedade justa, será praticável segundo um paradoxo análogo ao da atividade científica? Em que consistiria este paradoxo?”

Assim, a hipótese de trabalho de Lyotard se concentra na mudança do estatuto do saber e sua interferência direta na singularidade cultural causada pelo avanço

⁷

Idem, p. x.

da tecnologia nas sociedades industriais. No entanto, Lyotard observa que “uma parte das descrições do novo estatuto do saber não pode deixar de ser conjectural.”⁸

Por isso, Lyotard vai se deter na observação de que “o saber científico é uma espécie de discurso”⁹. Pode-se observar que há quarenta anos as ciências e as tecnologias de vanguarda manipulam a linguagem afetando “as duas principais funções do saber: a pesquisa e a transmissão de conhecimento.”¹⁰ No campo da pesquisa temos a genética com toda sua teoria analisada a partir de uma leitura cibernética. Quanto à transmissão de conhecimento, percebemos que a medida que os computadores tornam-se populares, pequenos e comercializados, os conhecimentos circulam mais rápido. Assim, “é razoável pensar que a multiplicação de máquinas informacionais afeta e afetará a circulação dos conhecimentos, do mesmo modo que o desenvolvimento dos meios de circulação dos homens (transportes), dos sons e, em seguida, das imagens (mídia) o fez.”¹¹

Portanto, as transformações culturais e tecnológicas causaram a mudança da natureza do saber que tornar-se-á, na sociedade pós-moderna, um conhecimento quando tiver caráter *operacional* e quando for traduzido pela linguagem hegemônica da máquina, caso contrário será abandonado. Consequentemente, tanto os autores quanto os que fazem uso do saber deverão passar pela linguagem tradutora do computador.

Assim, a hegemonia informacional cria sua própria lógica para tornar o conhecimento como científico a partir da prescrição cibernética sobre os enunciados. Com isso, percebemos que o saber tornou-se exterior ao sujeito (produtor de conhecimento) em todos os campos do conhecimento. E o princípio de *Bildung* que buscava a formação do sujeito como um todo deixa de ter importância primordial. Passa a existir uma relação comercial entre fornecedores e utilizadores de saber. O próprio saber torna-se mercadoria, por conseguinte, o saber assume valor de compra. Este conduz o saber a representar uma mercadoria que deve ser produzida em grande escala, tornando-se a principal força de produção para os países mais ricos. Estes, com certeza, tornaram-se mais competitivos entre si na busca, cada vez maior, de poder.

Sob a forma de mercadoria informacional indispensável ao poderio produtivo, o saber já é e será um desafio maior, talvez o mais importante, na competição mundial pelo poder. Do mesmo modo que os Estados-nações se bateram para dominar territórios, e com isto dominar o acesso e a exploração

⁸ *Idem*, p. 3.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *Idem*, p. 4.

¹¹ *Ibidem*.

das matérias-primas e da mão-de-obra barata, é concebível que eles se batam no futuro para dominar as informações. Assim encontra-se aberto um novo campo para as estratégias industriais e comerciais e para as estratégias militares e políticas.¹²

Nesse sentido, o saber perde seu valor de uso, tornando-se a principal mercadoria para a sociedade de tecnologia avançada, transformando sua própria natureza. Isso leva os Estados-nações modernos a buscarem uma nova postura diante do novo produto de consumo. Eles perdem o privilégio de produção e propagação dos conhecimentos. Nesse contexto, surge o Estado descentralizador e menos burocrático em relação ao crescimento econômico que buscará uma transparência na comunicação com as empresas e, em especial, com a sociedade civil em relação à comercialização dos saberes. Os Estados perdem a postura de protetores, guias e de planejadores dos investimentos econômicos.

Desse modo, o poder centralizador dos Estados-nações modernos entra em declínio em relação ao saber científico codificado. Isso suscita novos investimentos econômicos patrocinados por grupos empresariais que decidirão quem terá acesso ou não ao conhecimento e quem o produzirá.

Para Lyotard, na verdade, o problema estaria na legitimação do novo estatuto do saber diante da legitimação da linguagem informacional. Além dessa legitimação informacional, a máquina também exerce um certo controle em relação ao poder público e às instituições civis (sobretudo, empresas ligadas à área de telecomunicações e informática). Trata-se de um estatuto que busca informatizar a sociedade, mesmo de maneira diferenciada, sem se preocupar com a originalidade e nem com pretensão de verdade. Na realidade, a única preocupação da sociedade informatizada é a distribuição de um saber informacional.

Todavia, estamos diante de uma legitimação do saber nessas sociedades, extremamente discriminante, pois o mundo informatizado das sociedades avançadas permitiu legitimar alguns aspectos da formação do saber e seus efeitos sobre o poder estatal e as instituições civis. O computador não pode ser visto como algo capaz de dar um valor de previsão em relação ao real, mas deve ser utilizado de forma estratégica em relação à legitimação do saber.

Do ponto de vista de Lyotard, sua hipótese não é banal porque coloca em xeque o paradigma geral do progresso científico e tecnológico que, por sua vez, estariam intimamente ligados ao crescimento econômico e ao desenvolvimento do poder

sociopolítico. Por certo, existe uma acumulação do saber científico e tecnológico, mas o grande problema para Lyotard estaria no fato de que a única preocupação e discussão estaria vinculado à acumulação do saber científico e tecnológico. As discussões que surgem são acerca de uma acumulação regular, contínua e unânime, defendida por alguns. Outros defendem uma acumulação ocorrida de forma periódica, descontínua e conflitual. São discussões que não levam a nada, quando se trata da legitimação do saber.

O saber informacional não se resume ao saber científico, uma vez que o saber sempre teve ligação com seu conceito para competir com o saber narrativo (outra espécie de saber que não deve ser desprezado). Embora Lyotard não utilize como modelo o saber narrativo para sobrepor-se ao saber científico, mas ele propõe um modelo que traria um equilíbrio interior e de convivência entre os dois saberes. As idéias de equilíbrio e de convivência, de certa forma, deixaria o saber informacional acuado, sobretudo, quando o saber torna-se exterior ao sujeito e quando ocorre o aumento da alienação do conhecimento em relação ao sujeito que sabe e que o utiliza.

De certa forma, buscou-se o retardamento naquela década do rendimento dos laboratórios e universidades que não conseguiram fugir a esse descrédito. O problema não estaria na mudança imediata do curso das coisas da sociedade pós-industrial, mas é de extrema importância observar a grande preocupação dos cientistas em relação à avaliação do estatuto vigente e o futuro do saber científico. Portanto, a preocupação dos cientistas interfere no problema essencial do campo de estudo de Lyotard: a legitimação do saber.

Do ponto de vista de um enunciado científico, observa-se que um enunciado, obrigatoriamente, deve ser submetido à regra e esta, por sua vez, “deve apresentar determinado conjunto de condições para ser reconhecido como científico.”¹³ Com isso, torna-se necessário uma legitimação que possua legislador autorizado a prescrever as condições, tanto de consistência interna quanto de verificação, a partir da experiência estabelecidas para que o enunciado seja considerado como científico pela comunidade científica. Não se trata de imposição, como podemos observar, mas do processo de legitimação do novo saber, pois

a questão da legitimação encontra-se, desde Platão, indissolivelmente associada à da legitimação do legislador. Nesta perspectiva, o direito de decidir sobre o que é verdadeiro não é independente do direito de decidir

sobre o que é justo, mesmo se os enunciados submetidos respectivamente a esta e àquela autoridade forem de natureza diferente. É que existe um entrosamento entre o gênero de linguagem que se chama ciência e o que se denomina ética e política: um e outro procedem de uma mesma perspectiva ou, se preferir, de uma mesma “opção”, e esta chama-se Ocidente.¹⁴

Diante disso, não se pode deixar de levar em consideração a discussão acerca da legitimação do estatuto do saber científico na sociedade tecnológica porque trata-se de um saber que traz implicitamente também a legitimação do poder. Lyotard ao afirmar, “quem decide o que é saber, e quem sabe o que convém decidir?”¹⁵, evidencia a relação intrínseca entre saber e poder. Portanto, o problema do saber no mundo informatizado é mais do que nunca o problema de governo das forças que legitimam e decidem o que é científico, saber e poder.

Isso aponta a crítica linguística do autor à visão moderna de linguagem, uma vez que a linguagem era responsável pela interação social. Ele reivindica o diálogo entre os diversos discursos, como forma de anular a existência de um discurso sobrepondo-se ao outro. Para isso, Lyotard propõe que os discursos sejam elaborados por meio de “jogos de linguagem” para que se alcance a estabilidade do discurso, pois os discursos instáveis não resultam de combinações semelhantes permitidos por aqueles jogos.

Assim, os discursos instáveis não conseguem estabilidade porque não existe uma verdadeira adequação entre eles. Na verdade, o que existe é uma sobreposição de um em relação ao outro, quebrando com o conceito de *jogos de linguagem* wittgensteineano. Para Wittgenstein os participantes do jogo são equivalentes no sentido antagônico, não existe perdedor nem ganhador. Prevalece a questão cultural, orgânica, social e econômica dos jogadores.

Inclusão da Agonística Ontológica nos Jogos de Linguagem como Possibilidade do Dinamismo Social

Se Platão criticava as instituições democráticas ateniense por permitir a qualquer sujeito fornecer um juízo de valor e legitimar sobre a linguagem sem se preocupar com o nível econômico e intelectual. Isso significa que, para Platão, a política é uma questão de saber e não de opinião e, nesse sentido, opõe-se a Protágoras e aos sofistas em geral que sempre viram a formação da linguagem no âmbito do relativismo. Platão buscava fugir à pluralidade e enfatizar a unidade rígida e aponta que a opinião

¹⁴ *Ibidem.*

¹⁵ *Ibidem*, p. 14, capítulo 2.

popular acerca da linguagem é falaciosa, porque perpassa uma democracia que favorece a demagogia e a tirania por meio da palavra.

Para Platão, a solução para resolver o significado da palavra estaria na Filosofia por ser capaz de desvendar as incertezas da linguagem, isto é, a Filosofia fornece ao sujeito a capacidade de reflexão que o leva a romper com o senso comum e chegar ao bom senso e, este, por sua vez, fornece o momento de reflexão que leva o sujeito a alcançar os *eidós* (essência) da palavra. Mas, a Filosofia necessita de um método (a dialética) para atingir o essencial da palavra, e assim, chegar a uma verdade e alcançar a justiça, a virtude, a piedade e a beleza. Assim, Platão acreditava que somente a Filosofia seria capaz de refletir acerca da linguagem, da arte e da política.

Contudo, Lyotard aponta para o problema primordial na questão linguística: deve-se verificar como ocorre a elaboração da linguagem e do poder institucionais dentro dos *jogos de linguagem*. Ele observou uma instabilidade nessa elaboração que ocasionou o declínio das instituições burocráticas modernas (Estado e partido político modernos), permitindo o aparecimento de pequenos grupos particulares possuidores de uma linguagem bem particular e detentores de um poder bastante peculiar. Com o advento do pós-modernismo, a informação tornou-se o principal produto e a tecnologia destruiu a barreira do espaço em prol do tempo. Lyotard acredita em uma ciência legitimada pelo discurso pragmático científico.

Com isso, ele propõe um método de legitimação que possa mostrar como é extremamente importante, dentro de uma sociedade cibernética, a convivência mínima de dois discursos. Mas, nenhum deve se sobrepor ao outro porque se isso ocorrer, significa que a legitimação não tem credibilidade. Essa deve surgir a partir de uma agonística geral para evitar-se uma exteriorização do saber. Mas Lyotard observa essa exteriorização em relação ao sujeito e, daí, ele percebe o quanto é necessário questionar e discutir o critério de *validade* e de *verdade* e, sobretudo se o novo estatuto do saber científico deve ser aceito ou não como legítimo.

No entanto, Lyotard não busca um método rígido capaz de revelar uma verdade absoluta porque não acredita no consenso na sociedade pós-moderna. Então, mostra ser possível essa convivência saudável e, propõe constituir o resultado de análise nos dos *Jogos de Linguagem*¹⁶ de Wittgenstein, uma vez que os jogos de linguagem, a

¹⁶ Os *jogos de linguagem* constituem um estudo linguístico feito pelo filósofo austríaco Ludwig Josef Johann Wittgenstein, cuja discussão está centrada nos efeitos que a linguagem exerce sobre os diversos discursos. Ele afirma que os Jogos de Linguagem tem o critério de determinar as regras que

legitimação das regras não está em si, mas faz parte de um contrato organizado ou não entre os jogadores. Mas isso não significa dizer que os participantes criem as próprias regras, pois só existe jogo quando as regras estão definidas e, nessas regras, todo e qualquer enunciado participa, caso contrário, não há jogo, mas processo de legitimação de discursos que se impõe tendo como critério a legitimação em si.

Desse modo, Lyotard, a partir das observações do estudo da linguagem proposto por Wittgenstein, utiliza os *Jogos de Linguagem* para alicerçar sua denúncia à legitimação do saber na sociedade cibernética e mostrar que é possível um método em que prevaleça a *pluralidade* no âmbito do discurso da linguagem em relação ao saber. O autor acredita que existe uma semelhança com um método que possa prevalecer a pluralidade no discurso. Neste, quando um remetente fala, deve ser combatido pelo destinatário, tal qual ocorre em um jogo. Trata-se de atos linguísticos que devem provir de uma *agonística geral*, mas, é importante observar: dentro desse tipo de jogo não existem perdedores ou vencedores. A observação do autor

leva a admitir um primeiro princípio que alicerça todo o nosso método: é que falar é combater, no sentido de jogar, e que os atos de linguagem provém de uma agonística geral. Isto não significa necessariamente que se joga para ganhar. [...] Mas, sem dúvida, mesmo este prazer não é independente de um sentimento de sucesso, sobre um adversário pelo menos, mas de envergadura: a língua estabelecida, a conotação.¹⁷

Por certo, quando nos referimos a um processo contínuo de evolução linguística (criação de palavras e sentidos da língua), sentimos um prazer, como se estivéssemos jogando, não para ganhar ou perder, mas pela participação, embora, o sujeito não seja independente do sentimento de sucesso. Para Lyotard, é fundamental que a agonística da linguagem deva conter seu segundo princípio norteador de sua análise: o vínculo social. Este constitui-se, quando observado, de apostas de linguagem.

O Vínculo Social como possibilidade de uma Legitimação do Saber na Era da Tecnologia.

Desde o século XIX a natureza do vínculo social prendeu-se a dois modelos de sociedade: uma que buscava a formação de um todo funcional (orgânico) de influência francesa dos positivistas que se firmou após o Funcionalismo de Parsons; o outro modelo firmou-se pelos teóricos alemães a partir da teoria de Marx que, por sua

especificam as propriedades de enunciados denotativos, declarativos e prescritivos, como também, o que deve-se fazer para utilizá-los.

¹⁷

Ibidem, p. 17, capítulo 3.

vez, via a sociedade com base no *materialismo histórico*. No entanto, os dois modelos tinham o Estado como primordial para controlar e direcionar a ciência. Nesse sentido, é necessário um traçado na natureza do vínculo social no mundo moderno para compreendermos a mudança ocorrida dessa natureza, no panorama pós-moderno.

Contudo, para tentarmos compreender a legitimação do saber na sociedade informacional, é necessário verificarmos o método utilizado na natureza do vínculo social. Na sociedade moderna buscavam-se dois modelos metódicos para transparecer o vínculo social: um que via a sociedade como um todo funcional, inspirado na Escola Francesa de Talcoltt Parsons a partir do pós-guerra. O princípio do sistema de Parsons mostra otimismo porque via uma economia que crescia em busca de uma estabilização, pois verificava-se sociedades abundantes, protegidas pelo Estado do bem-estar (ou *Welfare State*) regrado.

No entanto, tratava-se de um sistema tecnocrata que camuflava uma harmonia entre necessidades e esperanças individual e/ou coletiva, com critério estabelecido a partir do funcionamento do próprio sistema (ou o *Systemtheorie*) que visava seu bom desempenho. Nele prevalecia a valorização da relação global entre os dados e o rendimento (ou *input* e *output*) condicionado pelo sistema, cuja função era delimitar a autorregulação da sociedade, tanto no campo da teoria quanto no da prática. A sociedade era vista como um organismo sem vida própria, uma vez que sua existência estaria agora sob o controle da informática que lhe impunha as regras de funcionamento durante e ao final da Segunda Guerra Mundial.

Com Parsons, o princípio do sistema é, se se pode dizer, ainda otimista: corresponde à estabilização das economias em crescimento e das sociedades de abundância sob a égide de um welfare state temperado. Para os teóricos alemães de hoje, a Systemtheorie é tecnocrática, e mesmo cínica, para não dizer desesperada: a harmonia entre necessidades e esperanças dos indivíduos e dos grupos com as funções que asseguram o sistema não é mais do que uma componente anexa do seu funcionamento; a verdadeira finalidade do sistema, aquilo que o faz programar-se a si mesmo como uma máquina inteligente, é a otimização da relação global entre os seus input e output, ou seja, o seu desempenho.¹⁸

Vale ressaltar, nas mudanças das regras causadas por greves, crises, desempenho ou revoluções políticas (ou por transformações sociais) que conduzem a sociedade à uma nova alternativa. Na realidade, tais mudanças não passam de adaptações internas do próprio sistema que sempre busca formas de adapta-se às constantes transformações econômica, histórica, sociopolítica e cultural exigidas pela

sociedade. Caso não ocorram as mudanças, tem-se a morte do sistema, ou o fim da *Systemtheorie*. Diante dessa manobra do sistema, temos uma sociedade que vê toda e qualquer transformação uma utopia, pois “um processo ou um conjunto de condições ou bem 'contribui' para a manutenção (ou para o desenvolvimento) do sistema, ou bem é 'disfuncional' prejudicando assim a integridade e a eficácia do sistema.”¹⁹ Essa manobra do sistema pode ser comparada ao que Horkheimer denominou de *paranóia da razão*.

O segundo paradigma de sociedade do mundo moderno corresponde a corrente marxista, que admitia o princípio da luta de classes e a dialética como condição efetivação da unidade social a partir do conflito de classe. No entanto, esse paradigma social não foge à totalidade comum à visão Iluminismo que crê na razão emancipatória. Trata-se da efetivação de uma sociedade inspirada na crítica da economia política e na crítica da sociedade alienada, elementos essenciais à programação do sistema.

Assim, contrário à crítica de Horkheimer que define o *Systemtheorie* de Parsons como paranoico, Lyotard não nega a realidade da autorregulação do sistema e o aperfeiçoamento dos fatos e das interpretações na medida que se faz necessário alterar todo processo político, social e econômico. Portanto, além da crítica é necessário criar um outro sistema que negue essa prática, mas esse não é o caso do princípio da luta de classe de Marx²⁰ que, por sua vez, busca também cumprir a prática do todo social que consequentemente irá anular a singularidade e esmagar a diferença. A crítica deve fugir de toda prática que se constitui em uma totalidade que elimina enunciados linguísticos, cuja função é permitir a diferença.

Contudo, as transformações históricas forçada pelo modelo de sociedade capitalista e o equívoco da sociedade comunista dirigida por Stalin, levou o princípio da luta de classes a se diluir e perder sua radicalidade e, isso fez tremer a base teórica de Karl Marx, levando-a a ser vista pela sociedade como uma simples

utopia”, a uma “esperança”, a um protesto pela honra feito em nome do homem, ou da razão, ou da criatividade, ou ainda de determinada categoria social reduzida **in extremis** às funções de agora em diante improváveis de sujeito crítico, como o terceiro mundo ou a juventude estudantil²¹.

¹⁹ Ibidem, p. 22, cap. 4.

²⁰ A Escola de Frankfurt ou o grupo *Socialismo ou barbárie*, cujo principal representante é Horkheimer, busca defender as ideias de Marx baseadas no princípio da luta de classes, reduzindo, assim, sua teoria a uma simples utopia, cuja égide encontra-se no princípio da divisão a partir da luta de classes definido na teoria de Marx

²¹ Ibidem, p. 23, pp. 2º, cap. 4.

Lyotard aponta a importância de expor um pouco a respeito desses paradigmas sociais porque se torna mais fácil a compreensão da problemática do saber nas sociedades informatizadas como também, a compreensão do novo estatuto do saber que afetam essas sociedades. Na realidade, tem-se a tentativa de mostrar quais os problemas surgidos após o desenvolvimento e a difusão do estatuto do saber na sociedade pós-moderna e suas implicações na estrutura do vínculo social. Faz-se necessário conhecer esses modelos de teoria e prática sociais porque pode-se concluir que o saber é o elemento primordial utilizado pelo Estado e pelas instituições dentro dessas sociedades para melhorar o próprio funcionamento delas. Sobretudo quando elas são vistas como uma grande máquina, cuja função é programar todos os acontecimentos históricos, sociais, político e, principalmente, econômico.

Portanto, estamos diante de dois modelos, um homogêneo e o outro dualista intrínseco de sociedade. A homogeneização da sociedade busca um saber funcional e uma razão instrumental, mas a visão dualista de sociedade possibilita a construção de um saber crítico. No entanto, tornou-se difícil escolher entre esses saberes. Buscou-se fugir através de duas correntes de pensamento: o saber positivista que via a ciência e as técnicas como primordiais ao sujeito, utilizando instrumentos de controle através do sistema para o desenvolvimento e funcionamento da sociedade; e ainda tem-se o saber crítico, ou reflexivo, ou hermenêutico que sempre interrogou sobre os valores morais do sujeito ou qual a finalidade da sociedade. São saberes que pressupõe a participação direta do sujeito em sua construção, mesmo sendo manipulado pelo Estado, tem-se neles a presença de uma *agonística geral*.

Dentro dessa perspectiva, Lyotard aponta a importância dos jogos de linguagem, mesmo que a relação entre remetente e destinatário seja mínima, mas se faz necessário para que a sociedade sobreviva, ou seja, para que se presencie o vínculo social. Nesse sentido, os jogos de linguagem mantém vivo esse vínculo, embora nem toda relação social exija a presença dele, mas somente as que envolva as instituições, o Estado e a sociedade. No entanto, dentro de uma sociedade em que as informações são processadas rapidamente tornando-se reais e problemáticas, é essencial que a linguagem (*langagier*) seja primordial e não tenha somente o aspecto manipulador e informador unilateral, mas possa ser expressa livremente.

Vale ressaltar, dentro de uma perspectiva comunicacional, a linguagem lança mensagens diversas tanto na forma quanto no efeito (como uma denotação, uma prescrição, uma avaliação, uma performance e etc.). Daí, a importância de não reduzi-la

numa linha de comunicação informacional, privilegiando o sistema. O computador tem a função de passar as informações, embora seu programa nasce de enunciados de caráter prescritivo e avaliativo. Contudo, no decorrer do desenvolvimento do sistema esses enunciados não são utilizados na correção das informações, pois a máquina não tem capacidade de reflexão para corrigir no decorrer de seu funcionamento, por exemplo, a maximização das *performances*. Portanto, que garantias são apresentadas para mostrar que essa maximização leve o sistema social ao fim ideal, quando estamos perante um ser (a máquina) que não possui capacidade cognitiva? E ainda, observa-se que numa teoria da informática a agonística torna-se irrelevante.

O que é preciso para compreender desta maneira as relações sociais, em qualquer escala que as consideremos, não é somente uma teoria da comunicação, mas uma teoria dos jogos, que inclua a agonística em seus pressupostos.²²

Lyotard acredita que a “atomização” do social em flexíveis redes de jogos de linguagem pode parecer bem afastada de uma realidade moderna que se representa antes bloqueada pela artrose burocrática.”²³ Com isso, as instituições que evitam a dinâmica dos jogos de linguagem, restringindo a criatividade dos participantes em relação aos lances, serão forçadas a rever as mensagens enviadas à sociedade por seu banco de dados. Lyotard condena a manipulação institucional que controla o discurso em benefício próprio, decidindo o que pode ser falado e o que não pode ser falado e assim acaba privilegiando alguns tipos de enunciados de seu interesse.

Para Lyotard só existe uma saída para fugir da burocratização institucional, seria a instituição (Universidade) abrir seus espaços para os instituídos mostrarem a criatividade e que os mesmos possam dialogar com as autoridades que gerenciam a instituição. Devem-se eliminar os limites impostos pela instituição em relação à sociedade e dá espaço a reciprocidade nos interesses conjunto.

Lyotard coloca duas objeções para aceitar o conceito instrumental do saber nas sociedades informatizadas: o saber não é ciência, sobretudo o saber informacional que não consegue esconder a forma como se legitima, também não esconde que se trata de um problema de legitimação tanto do ponto de vista do caráter social e político quanto do científico. Para isso, Lyotard recorre “à natureza do saber narrativo porque permite examinar, por comparação, discernir melhor pelo menos certas características da

²² Ibidem, p. 30, pp. 3, cap. 5.

²³ Ibidem, p. 31, pp. 2, cap. 5.

forma de que se reveste o saber científico”²⁴. É sabido que o saber ultrapassa a barreira da ciência e do conhecimento. O conhecimento representa a elaboração denotativa ou descritiva conceitual das coisas do mundo, podendo ser definido como verdadeiro ou falso. A ciência também estaria numa escala inferior em relação ao conhecimento, elaborada de enunciados de caráter denotativos, uma vez que

ela imporia duas condições suplementares à sua aceitabilidade: que os objetos aos quais eles se referem sejam acessíveis recursivamente, portanto, nas condições de observação explícitas; que se possa decidir se cada um destes enunciados pertence ou não pertence à linguagem considerada como pertinente pelos **experts**.²⁵

Mas o conceito saber além de trazer os enunciados denotativos também traça uma dinâmica subjetiva que leva o sujeito a observar a prática cotidiana, ouvir a experiência do outro, pois o saber deve fornecer ao sujeito a competência de proferir não somente enunciados denotativos, mas também enunciados de caráter prescritivo, avaliativos e outros. Para Lyotard “é a afinidade de determinado saber com os costumes”²⁶ que valoriza os enunciados prescritivos ou avaliativos uma vez que ele possui a uma **boa performance** de caráter denotativo e técnico. Assim, somente serão adequados os enunciados que estiverem com “os critérios pertinentes (respectivamente, de justiça, beleza, verdade e eficiência) admitidos no meio formado pelos interlocutores daquele que sabe (**sachant**).”²⁷ O critério utilizado para se chegar ao consenso a partir de um determinado saber que inclui o conhecedor e exclui o não conhecedor é denominado pelos filósofos clássicos de *opinião* porque permite uma legitimação correspondente ao consenso cultural.

A própria ideia de desenvolvimento pressupõe o horizonte de um não-desenvolvimento, supondo-se que as diversas competências estão envolvidas na unidade de uma tradição e não se dissociam em qualificações que seriam objeto de inovações, debates e exames específicos. Esta oposição não implica necessariamente uma mudança de natureza na situação do saber entre **primitivos e civilizados**.²⁸

Todavia, os relatos do povo definem o direito de dizer e de fazer na cultura, como também, esses relatos são uma parte da cultura, por isso são legitimados. Portanto, a pragmática da narrativa popular é por si legítima, não é comensurável em relação ao jogo de linguagem ocidental que busca a legitimação através do jogo

²⁴ Ibid. p. 35, Cap. 6.

²⁵ Ibid. p. 35, Cap. 6.

²⁶ Ibid. p. 36, Cap. 6.

²⁷ Ibid. p. 36, Cap. 6.

²⁸ Ibid. p. 37, Cap. 6.

interrogativo. Ademais, a pragmática do saber científico precisa de seu oposto (a pragmática do saber narrativo) para ser legitimada numa relação tensional. Portanto, o saber narrativo (saber popular) serve como critério de legitimação do saber científico. Este não pode buscar sua legitimação com seus próprios meios, uma vez que “o saber científico não pode saber e fazer saber que ele é o verdadeiro saber sem recorrer ao outro saber, o relato, que é para ele o não-saber, sem que é obrigado a se pressupor a si mesmo e cair assim no que ele condena, a petição de princípio, o preconceito.”²⁹

Por certo, a realidade sempre fora caracterizada pela heterogeneidade dos gêneros discursivos e não pela harmonia deles. A ideia prática das sociedades atuais é de uma agonística onde os diferentes jogos de linguagem apontam para o atrito e o conflito. Se a linguagem é essencialmente estruturada enquanto agonística, as sociedades também deverão ser entendidas dentro desse modelo conflitual.

Considerações Finais

Lyotard, na *Condição Pós-moderna*, esclarece que o saber representa o poder pelo qual as sociedades devem competir mundialmente, pois, uma vez informatizadas, as sociedades pós-industrial privilegiam-se como potências detentoras do saber tecnológico e científico. Lyotard aponta que o domínio do saber científico será o principal elemento de conflito das sociedades, controlando a cultura e o vínculo social através das pesquisas científicas determinadas pelo avanço tecnológico e científico. O novo saber cria uma nova lógica para vínculo social que permite ao homem expressar, do ponto de vista da cultura, uma individualidade aprisionado à imagem. Ele torna-se “escravo” porque a imagem expressa o processo de massificação que legitima a identidade, a linguagem, a autonomia e a individualidade vinculada ao mercado que, por sua vez, controla as formas de vida a partir de um discurso universalizador e uniformizador por meio da informação e da comunicação determinando o agir social nas sociedades pós-industrial.

Referências

1- HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. *História do Pensamento Econômico*. 5. ed. Petrópolis-R.J.: Vozes, 5ª ed., 1986.

2 - LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.